



CONTRA O RACISMO, A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER
NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE – UMA SOBE PUXA A OUTRA
NÚCLEO IMPULSOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Carta de princípios Construída coletivamente durante a Grande Plenária do Estado de São Paulo da Marcha das Mulheres Negras 2015 – 03/10/15

No dia 18 de novembro será realizada a primeira **Marcha das Mulheres Negras, contra o racismo, o machismo e pelo bem viver**, que justifica-se pela urgência em contrapormos a atual conjuntura social de violência contra a mulher e a juventude negra, e de recrudescimento do racismo em São Paulo e no Brasil.

Todas as mulheres são bem-vindas para somar na Marcha de Mulheres Negras, resguardado o protagonismo daquelas que estarão representando as mais de 49 milhões de negras brasileiras!

Tendo em vista a importância da participação em massa das mulheres negras e da organização descentralizada baseada na horizontalidade, essa Carta de Princípios tem por objetivo o alinhamento dos princípios básicos definidos coletivamente pelo Núcleo Impulsor do Estado de São Paulo e pelas mulheres que estão participando do processo de construção da Marcha.

- A. A Marcha Nacional de Mulheres Negras é um espaço privilegiado do protagonismo das mulheres negras, que compreendemos como coletivo e autônomo neste processo de organização.
- B. As participantes da Marcha Nacional de Mulheres Negras entendem que o enfrentamento ao racismo e a todas as formas correlatas de opressão são também de responsabilidade de homens e mulheres não negras e organizações democráticas, progressistas e humanitárias.
- C. A Marcha Nacional de Mulheres Negras é plural, suprapartidária e conta com o apoio de diversas organizações, coletivos, sindicatos e movimentos sociais. Esse apoio é bem-vindo desde que respeitada a autonomia do movimento das mulheres negras e o alinhamento político seja em favor de políticas públicas e projetos sociais que



CONTRA O RACISMO, A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER
NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE – UMA SOBE PUXA A OUTRA
NÚCLEO IMPULSOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

promovam a luta contra o racismo e o machismo, e pelo bem viver das mulheres negras.

D. É imprescindível que as participantes se apropriem e divulguem a pauta de reivindicações do estado de São Paulo, que marcha:

- 1) Pelo empoderamento político da mulher negra;
- 2) Pelo fim do machismo, do racismo e da discriminação racial, da lesbofobia, bifobia e transfobia, e do preconceito e discriminação de qualquer natureza;
- 3) Contra a intolerância religiosa, por respeito e preservação das religiões de matrizes africanas;
- 4) Pelo reconhecimento e preservação dos saberes materiais e imateriais da população negra (cultura, tecnologia, arquitetura, culinária etc.);
- 5) Em defesa da democracia, contra o retrocesso na agenda política do país;
- 6) Contra a retirada de direitos e conquistas históricas dos trabalhadores e trabalhadoras, e contra a retirada de direitos e a precarização ainda maior do trabalho, que nos afeta mais duramente;
- 7) Por mais emprego, melhores salários e igualdade salarial para as mulheres negras;
- 8) Pela garantia de direitos para trabalhadoras e trabalhadores que hoje estão na economia informal, com inclusão no regime de previdência e proteção social;
- 9) Pela valorização do trabalho e do emprego doméstico (respeito e regulamentação de toda as conquistas previstas na Lei complementar 150/2015);
- 10) Garantia de políticas de ação afirmativa e reparação nos concursos públicos;
- 11) Pelo fim da pobreza;
- 12) Contra a exploração sexual das mulheres, crianças e adolescentes;
- 13) Em defesa da abertura das delegacias de defesa da mulher 24 horas (PL 643/2015);



CONTRA O RACISMO, A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER
NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE – UMA SOBE PUXA A OUTRA
NÚCLEO IMPULSOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 14) Contra todas as formas de violência no campo e na cidade;
- 15) Pela preservação da biodiversidade e do meio-ambiente;
- 16) Em defesa do reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas (com fortalecimento e mais investimentos no desenvolvimento das políticas públicas destinadas a essa população), e respeito ao direito às terras indígenas;
- 17) Em defesa do uso das áreas que não cumprem a função social constitucional para a reforma agrária, com titulação preferencial para as mulheres desses movimentos e comunidades;
- 18) Na defesa da moradia digna, do direito à cidade e à urbanidade - por políticas públicas de efetivação do direito à moradia para mulheres negras, com aumento dos investimentos e unidades de programas habitacionais em nível federal, estadual e municipal, aceleração dos processos de desapropriação de imóveis fechados para especulação imobiliária e destinação destes imóveis para moradias populares.
- 19) Pelo direito à educação pública de qualidade, acesso e permanência na universidade. Garantia da implementação da Lei das Cotas raciais de acesso às universidades na USP, Unesp e Unicamp (contra o PIMESP) e de acesso pelas cotas para estudantes negros oriundos de escolas públicas ou particulares. Pela efetivação de políticas de acesso e permanência com recorte racial nas universidades privadas, com regulamentação do ensino e criação do Plano Nacional de Universidades Privadas;
- 20) Pelo fim da violência contra as mulheres e negros em trotes universitários, e pela responsabilização e punição aos responsáveis por ações machistas, assédios e estupros dentro das salas de aulas e nos espaços universitários;
- 21) Pelo acolhimento e garantia de direitos, incluindo a inserção nas universidades e no mercado de trabalho, para as mulheres imigrantes e refugiadas;



CONTRA O RACISMO, A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER
NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE – UMA SOBE PUXA A OUTRA
NÚCLEO IMPULSOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 22) Pela efetiva implementação da Lei 10.639/03 (obrigatoriedade do ensino “História de África e Cultura Afro-Brasileira” no ensino fundamental e médio), pela garantia do direito de monitoramento da implementação da Lei pelas organizações da sociedade civil e para que avancemos na obrigatoriedade do respeito à lei no ensino superior;
- 23) Pela garantia de inclusão da educação com perspectiva de gênero e raça nas escolas e Planos de Educação em todos os níveis, como política de combate a discriminação e violência machista, racista e LGBTfóbica;
- 24) Em defesa do Sistema Único de Saúde, pela efetivação do Plano Nacional de Saúde Integral da População Negra e contra o racismo institucional;
- 25) Em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos (aborto legalizado e seguro): pelo fim da violência obstétrica e das mortes das mulheres negras por aborto, e pela redução da mortalidade materna;
- 26) Contra a redução da maioria penal e o aumento do tempo de internação dos jovens;
- 27) Contra o genocídio da juventude negra e periférica e a guerra às drogas que vem se efetivando como política de criminalização da juventude e não de enfrentamento efetivo ao narcotráfico. Responsabilização de todas as instituições do Estado e do governo Geraldo Alckmin (PSDB) por essa política de matança da juventude negra, pobre e periférica, que repudiamos;
- 28) Pela desmilitarização das polícias e pelo fim da justiça militar, contra as revistas vexatórias e pelo respeito à lei que proíbe tais revistas. E contra a seletividade do sistema penal e do Judiciário, que criminalizam e encarceram a população negra, e em especial a mulher negra (cujos índices de cárcere aumentaram em 246% na última década);
- 29) Pela garantia de políticas públicas em nível federal, estadual e municipal para a população idosa, em particular as



CONTRA O RACISMO, A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER
NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE – UMA SOBE PUXA A OUTRA
NÚCLEO IMPULSOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

mulheres negras (na cultura, saúde, educação, lazer, moradia, enfrentamento à violência e acesso e mobilidade);

30) Pela democratização dos meios de comunicação e por políticas que garantam o pleno exercício do direito à comunicação e a liberdade de expressão às mulheres negras: com ações de combate ao racismo e à intolerância religiosa nos meios; fortalecimento da mídia popular e comunitária; fim das verbas publicitárias para veículos que induzem ao racismo; e pela garantia da participação e da representatividade da mulher negra na mídia;

31) Pela garantia de representatividade e empoderamento das mulheres negras nos espaços decisórios, especialmente para avançarmos no debate sobre a paridade na ocupação de vagas parlamentares para mulheres na reforma política;

32) Pela retomada da SPM, Seppir e SDH com status ministerial, a fim de assegurar a retomada dos espaços de articulação política nacional e internacional e formulação de políticas públicas, com o investimento necessário.

Essas são algumas das demandas das mulheres negras pelas quais marchamos, e que vamos levar aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário Federal, Estadual e Municipal, em defesa de uma sociedade justa e igualitária.